

AVISO-CONVITE CONDICIONADO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2014-2020 (MADEIRA 14-20)

EIXO PRIORITÁRIO 8

Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO

- 04.** Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- 9.iv.** Melhorar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais dirigidas à promoção da autonomia de pessoas idosas e ou em situação de dependência, bem como à prevenção e reabilitação de crianças e/ou jovens com maior exposição a problemas psicossociais e suas famílias.

DOMINIO DE INTERVENÇÃO

- 112.** Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

D5—CRII-Serviços e redes de intervenção social e de saúde

TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO

794 - Medidas de Apoio ao Reforço de Emergência

DESIGNAÇÃO SINTÉTICA DO ÂMBITO DO AVISO

Reforço dos sistemas de saúde no combate à pandemia COVID-19

DATA DE ABERTURA: 20 DE DEZEMBRO DE 2023

DATA DE FECHO: 22 DE DEZEMBRO DE 2023

AVISO FSE – M1420-D5-2023-25

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2014-2020

1. Âmbito e Enquadramento

A Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020 (Programa Madeira 14-20) adota a modalidade de Aviso-Concurso para apresentação de candidatura, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, que consagra as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020.

O Programa Madeira 14-20, aprovado pela Comissão Europeia pela Decisão C(2014) 10193 final, de 18.12.2014 e a Reprogramação de alocação de verbas, no âmbito da iniciativa REACT-EU (Recovery Assistance for Cohesion and Territories of Europe) pela Decisão C(2021)4153 de 4.6.2021, bem como o Regulamento Específico do Fundo Social Europeu (FSE), aprovado pela Portaria n.º 73/2015 de 25 de março, alterada pela Portaria n.º 187/2015, de 14 de outubro, pela Portaria n.º 151/2018, de 08 de maio, pela Portaria n.º 62/2021, de 3 de março, pela Portaria n.º 313/2021 de 11 de julho e pela Portaria n.º 858/2023 de 7 de novembro, prevê, no Eixo Prioritário 8 - *Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza* o apoio ao acesso aos serviços de saúde (COVID-19).

Considerando que com o surgimento do vírus SARS-CoV 2 e o seu potencial pandémico, o Governo Regional da Madeira implementou várias medidas de resposta à pandemia, que obrigaram a um reforço das instalações (incluindo instalações móveis) através do aluguer, aquisições de equipamentos e despesas adicionais com pessoal, procurando responder e antecipar uma melhor atuação dos sistemas de despistagem e de prestação de cuidados no âmbito da covid 19 tendo em vista a recuperação económica da região.

Considerando que foi aprovada pela Comissão Europeia a 14 de dezembro de 2023 a Decisão de Execução C(2014) 10193, sobre a 10.ª reprogramação submetida pela AG do Programa Madeira 14-20, com o objetivo de introduzir os ajustamentos necessários na perspetiva de encerramento do programa.

Considerando que não existe disponibilidade financeira no Eixo 8 do Programa Madeira 14-20, a Autoridade de Gestão entendeu proceder à abertura do presente Aviso-Convite, com o objetivo de obter uma bolsa de operações com aprovação condicionada à Decisão da reprogramação do Programa em curso.

Neste sentido, procede-se à abertura do presente Aviso-Convite, destinado a reforçar, na área da saúde, medidas com o objetivo de fortalecer os sistemas de saúde no combate à pandemia COVID-19.

2. Breve Descrição e Objetivos

O presente Aviso destina-se ao desenvolvimento de ações que visem reforçar o sistema de saúde regional através do aumento a capacidade de resposta ao surto do COVID-19, de acréscimo de qualidade e garantia da prestação de cuidados de saúde acessíveis e equitativos.

Pretende-se dotar o Serviço Regional de Saúde de meios físicos e humanos, com vista a uma resposta eficiente no combate à Pandemia COVID-19. A criação de condições com vista ao reforço dos Sistemas

de Rastreio e diagnóstico à COVID-19 – testagem massiva da população, através da realização de testes rápidos de antígeno (testes TRAg) que permitem o despiste da infeção por SARS-CoV-2, identificar e isolar os cidadãos positivos para a COVID-19, a vacinação à população foram medidas implementadas pelo governo que necessitaram de estruturas físicas para o efeito, assim como um reforço dos recursos humanos para despistagem e tratamento dos doentes.

3. Tipologia de Operação

A Tipologia de Operação passível de apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso, consta do Anexo I referido no artigo 5.º da Portaria n.º 73/2015 de 25 de março, na sua atual redação, e é a seguinte:

- “Serviços de saúde (COVID-19)“.

O incumprimento do respeito da Tipologia de Operação, prevista neste Aviso, determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

4. Beneficiários

As entidades beneficiárias, de acordo com o Anexo I da Portaria n.º 73/2015 de 25 de março, na sua atual redação, que poderão apresentar candidaturas no âmbito do presente Aviso são as entidades:

- Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPRAM;
- Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM

O incumprimento das regras relativas à elegibilidade do beneficiário determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

5. Âmbito Geográfico

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma da Madeira, nos termos do artigo 2.º, da Portaria n.º 73/2015 de 25 de março, na sua atual redação.

O incumprimento das regras relativas à elegibilidade do âmbito geográfico determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

6. Prazo de Execução da Operação

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso devem estar concluídas do ponto de vista físico e financeiro até final de dezembro de 2023.

Alerta-se que a elegibilidade das despesas realizadas e pagas, no âmbito das operações que vierem a ser aprovadas no âmbito deste Aviso, termina no dia 31 de dezembro de 2023, conforme definido no n.º

4 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, pelo que a operação deve estar integralmente concluída até final de 2023.

7. Natureza do financiamento

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso, reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do n.º 2, do artigo 12.º da Portaria n.º 73/2015, de 25 de março, na sua atual redação.

8. Dotação financeira máxima e taxa máxima de cofinanciamento

A dotação máxima indicativa de FSE afeta ao presente Aviso é de 2.500.000€ (dois milhões e quinhentos mil euros).

A taxa de financiamento FSE a aplicar às operações a aprovar é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 11.º da Portaria n.º 73/2015, de 25 de março, na sua atual redação.

9. Período para receção das candidaturas

O período para a receção de candidaturas decorrerá entre o dia 20 de dezembro de 2023 às 12:00 horas e as 17:00 horas do dia 22 de dezembro de 2023.

10. Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar

10.1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

O beneficiário abrangido pelo presente Aviso terá que assegurar o cumprimento do disposto no artigo 7.º da Portaria n.º 73/2015, de 25 de março, na sua atual redação, bem como declarar ou comprovar, se para tanto for notificado, que cumpre os critérios previstos no artigo 13.º e que não está sujeito aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O incumprimento das condições relativas aos critérios de elegibilidade dos beneficiários, constantes deste ponto, determina a não conformidade da candidatura com o presente Aviso e consequentemente a Não Aprovação da candidatura.

10.2. Critérios de elegibilidade das operações

As operações candidatas no âmbito do presente Aviso têm de demonstrar o respeito pelos objetivos do presente Aviso e tipologias de operações previstas no ponto 3 deste Aviso, bem como evidenciar que satisfazem os critérios de elegibilidade das operações fixados no artigo 8.º da Portaria n.º 73/2015, de 25 de março, na sua atual redação.

O incumprimento das condições relativas aos critérios de elegibilidade das operações, constantes deste ponto, determina a não conformidade da candidatura com o presente Aviso e consequentemente a Não Aprovação da candidatura.

10.3. Critérios de Elegibilidade de despesas

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, são elegíveis as despesas que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente Aviso e que respeitem os n.ºs 8 e 9 dos artigos 9.º da Portaria n.º 73/2015 de 25 de março, na sua atual redação:

- Despesas ocorridas com salários ou remuneração adicional do pessoal, salários ou compensação pelo recrutamento de pessoal adicional, compra de equipamentos/ suprimentos adicionais;
- No âmbito da criação de unidades móveis, as despesas com salários/ compensação adicional, compra de equipamentos móveis e aluguer de instalações para instalações médicas temporárias.

11. Preparação e submissão da candidatura

11.1 Submissão de candidatura

As candidaturas deverão ser submetidas no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), através do acesso ao Portal Portugal 2020, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e nos termos e condições fixadas no presente Aviso. Para o efeito, o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão do Portugal 2020.

11.2. Documentos a apresentar com a candidatura

- a) Documentos comprovativos do cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, estipulados no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal, ou declaração em como a entidade cumpre os critérios constantes do referido artigo 13.º e não incorre em qualquer dos impedimentos e condicionamentos previstos no citado artigo 14.º, na sua atual redação;
- b) Comprovativo da situação regularizada face à Administração Fiscal e Segurança Social ou, em alternativa, autorização para consulta da situação tributária e contributiva do beneficiário, perante a administração fiscal e a segurança social;
- c) Declaração de desistência de candidatura anterior submetida para a mesma operação, caso a candidatura a apresentar tenha sido anteriormente submetida a qualquer outro instrumento de financiamento comunitário e no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável;

d) Comprovativo do Regime do IVA - documentação relativa ao enquadramento do beneficiário quanto ao regime de IVA a que se encontra sujeito.

e) Memória descritiva da Operação que inclua os seguintes aspetos:

- Enquadramento geral da operação;
- Enquadramento da Operação no Programa Madeira 14-20;
- Descrição clara e pormenorizada da operação candidata a cofinanciamento;
- Custos da operação e calendarização;

f) Documentos comprovativos das fontes de financiamento do investimento previsto na candidatura, nomeadamente inscrição orçamental que garanta a existência de contrapartida nacional para a realização da operação;

g) Declaração relativamente ao cumprimento dos normativos comunitários, nacionais e regionais em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;

h) Declaração relativa ao cumprimento das obrigações comunitárias, nacionais e regionais, em matéria de informação e publicidade, especificando as medidas concretas a implementar durante a execução e após a conclusão da operação;

i) Apresentar informação precisa e objetiva sobre os indicadores de realização e de resultado da operação;

j) Check list de igualdade de oportunidades (Anexo I);

k) Declaração sobre conflito de interesses (Anexo II).

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

Os documentos que instruem as candidaturas devem ser anexados aquando do preenchimento do formulário de candidatura no Balcão M14-20, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não através da referida plataforma.

12. Admissão, seleção e decisão das candidaturas

O processo de decisão das candidaturas integra duas fases:

i. Análise de admissibilidade através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, a realizar pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no Programa;

ii. Decisão sobre o financiamento das candidaturas em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras. A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR, IPRAM), enquanto Autoridade de Gestão do Madeira 14-20, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, na sua atual redação. O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só deve ocorrer por uma vez. Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos ao beneficiário pelo IDR, IP-RAM, a respetiva candidatura é analisada com os documentos e informação disponíveis.

13. Pedidos de alteração e regime de financiamento

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado, o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Envio do termo de aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizado nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação de situação regularizada em matéria de restituições no âmbito dos financiamentos do Fundo Social Europeu (FSE);
- d) Comunicação do início ou reinício da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no Balcão 2020, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do Balcão 2020.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

1. Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 1 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de conclusão da candidatura.

A subvenção apenas é paga, em sede de análise do pedido de saldo final, se concluir que as metas contratualizadas em candidatura para os indicadores de realização e de resultado, foram integralmente cumpridas. Daqui resulta que no caso de incumprimento ou cumprimento parcial de uma das metas fixadas para os referidos indicadores, não será pago o montante da subvenção.

Não obstante, a modalidade de concessão da subvenção, a decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

14. Contratualização de resultados e de realizações no âmbito da operação

14.1. Na candidatura deverão ser propostas as metas pela entidade beneficiária a contratualizar com a Autoridade de Gestão do Programa Madeira 14-20 para os seguintes indicadores de realização e de resultado, conforme metodologia descrita no **Anexo III** – “Indicadores de Realização e de Resultado”:

Código Indicador	Tipo Indicador	Designação do indicador	Unidade de Medida
O.09.04.11.P	Realização	Entidades apoiadas para combater ou contrariar os efeitos da pandemia COVID-19	(Nº)
R.09.04.11.P	Resultado	População beneficiada pelos serviços de saúde apoiados	%

14.2. No caso do incumprimento das metas dos indicadores de realização e de resultados contratualizados ao nível da operação, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, será aplicada uma redução do apoio à operação nos seguintes termos:

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 90% do contratualizado. Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta, a incidir, para cada um dos indicadores, sobre 10% do montante a aprovar em saldo final.

15. Entidades responsáveis pela seleção e decisão de financiamento

A análise das condições de elegibilidade do beneficiário e das operações e a decisão da aprovação é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR, IP-RAM), Autoridade de Gestão do Programa Madeira 14-20.

16. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Se, findo este prazo, não forem prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

17. Comunicação da Decisão ao Beneficiário

Regra geral, a decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data-limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação.

O prazo indicado no ponto anterior é suspenso nos períodos relativos à apresentação de documentos e/ou esclarecimentos adicionais pelos beneficiários previstos no ponto 16 do presente Aviso.

18. Linha de atendimento

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser efetuados através do site do Programa Madeira 14-20 ou dirigidos para:

Autoridade de Gestão
Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
Travessa do Cabido, nº16
9000-715 Funchal
idr@madeira.gov.pt
telefone: + 351 291214000

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20

Anexos

Ficheiros disponíveis para descarregar na página do Aviso no Balcão 2020 e no site do Programa Madeira14-20 (<http://www.m1420.madeira.gov.pt/m1420/>):

Anexo I - Check list de igualdade de oportunidades;

Anexo II - Declaração sobre conflito de interesses

Anexo III - Indicadores de Realização e de Resultado